

A dívida interna sobe 180% no ano

Da sucursal de
BRASÍLIA

A dívida pública atingiu Cr\$ 22,03 trilhões ao final de outubro último, com crescimento de 180% no ano e 259,5% nos últimos doze meses, contra uma correção monetária de 115,8% e 145,9% e inflação de 166,6% e 197,2%, nos respectivos períodos, informou o Banco Central. Ainda ontem, por meio da Resolução nº 864, o BC anunciou que vai liberar imediatamente aos bancos comerciais Cr\$ 52 bilhões e mais Cr\$ 208 bilhões em quatro parcelas semestrais — quantias relativas a recursos do recolhimento compulsório extra de 5% sobre os depósitos a vista.

Mesmo com a colocação líquida de Cr\$ 1 trilhão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com cláusula cambial (ORTNs cambiais) em meados de outubro, o Banco Central detém em carteira mais de 50% dos títulos públicos emitidos pela União. Ao final do mês passado, a posição do BC era de Cr\$ 11,07 trilhões — o que leva o diretor da Área Bancária do BC, José Luis Silveira Miranda, a considerar de apenas Cr\$ 10,96 trilhões a dívida pública interna efetiva.

Na contabilidade oficial do endividamento interno do Tesouro, prevalece o saldo de Cr\$ 22,03 trilhões, com variação líquida de Cr\$ 14,17 trilhões, ao longo dos dez primeiros meses do ano, em decorrência do ritmo acelerado da correção monetária. Porém, Silveira Miranda afirma que, apesar do impacto nominal, a correção monetária não tira a viabilidade da administração da dívida pública.

A emissão primária de títulos da dívida pública interna permitiu ao Tesouro a captação líquida no mercado de Cr\$ 4,4 trilhões — um saldo histórico. A União utilizou ainda os seus papéis para cobrir os custos já efetivados da própria dívida, no total de Cr\$ 2,3 trilhões; alocar Cr\$ 13,3 trilhões para custos a apropriar; e destinar Cr\$ 2,3 trilhões para cobrir o déficit do Tesouro em exercícios anteriores.

COMPULSÓRIO

O próprio Banco Central chegou à conclusão de que as ORTN não representam alternativa favorável para enxugar a liquidez do mercado. Para "reduzir gastos", o Banco Central determinou que, entre os dias 30 deste mês e 7 de dezembro, reduzirá em 20% o recolhimento compulsório remunerado desde outubro de 1977. E os restantes 80%, em quatro parcelas semestrais.

No final do mês passado, o Banco Central apurou que os bancos comerciais promoveram o recolhimento extra de Cr\$ 92 bilhões, mas a remuneração desta parcela do compulsório já atingiu Cr\$ 168 bilhões. Por isso, o diretor da área bancária do Banco Central propôs — e o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, aceitou — a solução definitiva para o compulsório remunerado, através do resgate escalonado das ORTN, como forma de evitar impacto de Cr\$ 260 bilhões sobre a expansão da base monetária.